

TRANSCRIÇÕES

SALVAR O PORTUGUÊS

A. Gomes da Costa

Começam a aparecer sintomas preocupantes sobre o recuo da Língua Portuguesa em alguns países africanos. As causas para essa perda são múltiplas. De um lado, está o cerco geográfico do inglês em Moçambique; do francês, na Guiné-Bissau; e os esforços crescentes, por parte dos espanhóis e britânicos, para tomarem pé na República Popular de Angola. Do outro lado, temos a situação dramática em que vivem esses países, com a economia destruída, cortados ao meio pela guerra civil e atormentados pela miséria extrema, e que, por conseguinte, têm questões muito mais prementes a resolver do que o ensino do idioma, ou a rejeição à entrada de outras matrizes lingüísticas.

Acresce o fato ainda de que por carência de meios e pelas dificuldades de encontrar interlocutores operacionais, nem Portugal nem o Brasil têm conseguido fazer algo de concreto para que a Língua se mantenha nesses territórios onde a presença portuguesa durou mais de 400 anos. Talvez as circunstâncias adversas – e estamos a pensar principalmente em Angola e em Moçambique – não permitissem grandes programas de cooperação direcionados para essa área. Tampouco os governos de Luanda e do Maputo estivessem dispostos a abrir espaços para um setor que não consideravam prioritário. Nem os organismos internacionais, por motivos óbvios, estariam receptivos a qualquer proposta para o ensino e a irradiação da Língua Portuguesa em países que eram – e são – objetos de cobiça externa.

Mas de qualquer forma, o certo é que, menos de 20 anos depois da descolonização, o Idioma está na iminência de ser expulso de alguns de seus domínios ou de perder posições em outros: em Timor-Leste, por causa da ocupação indonésia; em Macau, pela entrega à China em 1999 da administração do território; em Moçambique, pela influência dos países vizinhos, todos de fala inglesa e onde vivem 3 milhões de moçambicanos; em Angola, pelo extermínio e destruição provocados pela guerra interna; em Guiné-Bissau, pela "invasão" da francofonia e pela predominância dos crioulos locais.

Trata-se, indiscutivelmente, de um revés importante para um vetor da política externa portuguesa e da política externa brasileira. E não é apenas por uma questão de prestígio ou de defesa de raízes históricas e culturais. Nem é para resguardar no

futuro uma aproximação de povos assente na Língua. Mais do que isso. Se amanhã, por azar, os moçambicanos passarem a falar inglês, ou se em Angola o português deixar de ser a "língua oficial", ou se a Guiné-Bissau cair na "zona do franco", é evidente que o projeto de uma Comunidade estruturada pelas linhas da lusofonia desfaz-se de pronto pela raiz.

Encolheremos no mundo. O português deixará de ser a "língua de ligação" entre etnias negras, a "língua de cultura e de acesso" ao Conhecimento científico, a "língua cristã" para aqueles que correm o risco de serem islamizados e de perderem uma das pontes para o futuro.

Dentro deste quadro, parece-nos que nem Portugal nem o Brasil devem manter-se indiferentes. O lançamento, no ano passado, pelo Emb. José Aparecido de Oliveira, do projeto da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, em seqüência à criação do Instituto criado em 1988 em S. Luiz do Maranhão, com o qual se comprometeram todos os Governos, é um motivo para arrancar com algumas iniciativas, que possam, pelo menos estancar o processo de esvaimento do português dos países africanos. Algumas medidas de urgência precisam ser tomadas, mesmo que a "Frelimo" e a "Renamo" ainda discutam a paz; mesmo que os dirigentes do "MPLA" e da "UNITA" pensem em noites de facas longas; mesmo que os franceses façam programas de rádio na Guiné-Bissau ou que em Cabo Verde e S. Tomé os "centros culturais" estejam precisando de meios ou não existam.

A primeira medida consiste em ampliar a cooperação a esses países através do envio de professores e técnicos de ensino, de médicos e enfermeiros, de profissionais e de promotores. O fornecimento dessa mão-de-obra pode ter um "efeito multiplicador" muito positivo e comprometer a "vontade política" dos governos desses países em função do idioma. Claro que se forem os ingleses a mandarem técnicos e professores, livros e discos, revistas e produtos culturais, pouco a pouco forçarão a que tudo se aprende na língua de Shakespeare. O mesmo sucederá com os franceses ou com os castelhanos.

Outra providência será a de se estabelecerem sistemas de ensino à distância e utilizar-se a riqueza do Brasil, em termos de música, de telenovelas, de televisão em geral, para entrar pela África, nas cidades e no interior, com textos em português: na canção, no diálogo, na reportagem, no desporto e assim por diante.

Precisamos de recursos? Sim. Mas serão muito bem aplicados se os utilizarmos para salvar a Língua que é um patrimônio comum. Ficar apenas na retórica não adianta – mesmo porque dentro de poucos anos, se não fizermos nada, os africanos já não entenderão o nosso discurso.

Transcrito de *O Mundo Português* de 1/10/1993
